



Revista Digital do LAV

E-ISSN: 1983-7348

revistadigitaldolav@ufsm.br

Universidade Federal de Santa Maria
Brasil

Alves do Nascimento, Erinaldo
Colonialidades na relação entre educação e visualidades
Revista Digital do LAV, vol. 6, núm. 11, septiembre, 2013
Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337028478006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Colonialidades na relação entre educação e visualidades

Colonialities in the relation between education and visualities

Erinaldo Alves do Nascimento (UFPB)ⁱ

Resumo

Este texto faz uma reflexão sobre as colonialidades na relação entre educação e visualidades. Ao diferenciar o termo de colonialismo, usa-o para pensar sobre os processos de ordenação do discurso, incluindo o campo da cultura visual e da arte/educação.

Palavras-chave: colonialidades, educação, visualidades

Abstract

This paper presents a reflection on the colonialities within the relationship between education and visualities. While differentiating the term colonialism, it uses it as a way of thinking the ordering processes of speech, thus including the field of visual culture and art/education.

Keywords: colonialities, education, visualities

Um incômodo para quem estuda e pesquisa as relações entre Educação e Visualidades, especialmente no Brasil, diz respeito às acusações de colonialismos. Em relação ao campo da Cultura Visual, possivelmente isso ocorra porque derive dos Estudos Culturais, de procedência britânica e norte-americana. Para os que assim pensam, o colonialismo é ainda mais preocupante no Brasil, porque tivemos alguns atravessamentos teóricos provenientes de estudos elaborados por pesquisadores espanhóis. Recentemente, significativos diálogos estão sendo travados com Portugal e com países da América Latina.

A apropriação de conceitos e ideias, bem como as interlocuções dos que pesquisam em vários campos de conhecimento, incluindo a arte/educação ou o ensino de Artes no Brasil com os estrangeiros, sobretudo os europeus e norte-americanos, parecem gerar, em alguns acadêmicos ou intelectuais, o que se pode chamar de incômodos xenofóbicos.

Ao que parece, este tipo de raciocínio pode ser alimentado pela persistência de uma visão do passado, que persiste no presente, que mantém o Brasil “deitado eternamente” numa condição intelectual colonialista. Esta é uma visão e uma situação que se desdobra nas pesquisas e nos estudos realizados por pesquisadores brasileiros, associados ou não aos programas de pós-graduação e a grupos de pesquisa.

Em decorrência, presume-se, em geral, que a maioria dos pesquisadores brasileiros é incapaz de formular pensamentos próprios, especialmente quando dialogam com estudos provenientes do exterior. Os pesquisadores brasileiros, em geral, são vistos como prisioneiros de uma condição de “eterna” dependência intelectual. Chamam, inclusive, alguns pesquisadores estrangeiros, cujos textos exercem repercussão, como “gurus”. Para este tipo de visão, os pesquisadores brasileiros são seguidores fundamentalistas e acríticos das ideias estrangeiras.

A condição de “eterno colonialismo intelectual”, perceptível neste tipo de discurso, gera alguns incômodos, que se desdobram em, pelo menos, duas vertentes discursivas, que podem ser chamadas de: anacronismo histórico na defesa de uma persistente condição de inferioridade dos intelectuais brasileiros e a ingênua suposição de que é possível construir saberes isolados de outros pesquisadores de diferentes lugares e de outros países.

O anacronismo pode ser evidenciado ao se fazer uma busca histórica sobre os discursos difundidos por teóricos e estudiosos brasileiros, materializados em textos acadêmicos e oficiais. A minha pesquisa de doutorado (NASCIMENTO, 2005), por exemplo, ajuda a ratificar, a partir de exemplos extraídos de fontes primárias defensoras de mudanças relacionadas com a Arte na Educação, independente da denominação adotada no contexto brasileiro, que as propostas educacionais foram construídas a partir de diálogos entre estudiosos e pesquisadores brasileiros com os estrangeiros. Os mais proeminentes pensadores brasileiros, envolvidos com a educação, em diferentes circunstâncias e momentos, estabeleceram diálogos com pesquisas e estudos realizados na Europa, na América do Norte, Austrália, África e América Latina. O isolamento intelectual para poder construir um discurso fundamentado no Brasil é uma falácia.

Não existem discursos formulados por pesquisadores brasileiros dissociados de uma conjuntura intelectual internacional. Foucault nos ensinou, em várias de suas obras, que as práticas discursivas ou epistemes são regidas pela ordem do saber de uma época. As práticas discursivas não são de apenas um sujeito, tampouco de uma cidade ou país, mas de uma coletividade sem limites geográficos. A globalidade é o aspecto geral da emergência e disseminação dos discursos e saberes. Os saberes ou discursos, antenados com os problemas e respostas de uma época, extrapolam as fronteiras geográficas, cujo alcance e repercussão dependem das condições de possibilidades existentes.

O anacronismo é marcante porque quem defende esse tipo de xenofobia, em geral, não apresenta uma análise consistente de fatores conjunturais. Não se explica, por exemplo, como as condições conjunturais colaboraram e contribuem para que um discurso tenha repercussão e apropriação educacional no nosso e em outros países.

O isolamento intelectual, desejado por esse radicalismo xenofóbico, pode ser considerado, também, uma perversa e nefasta forma de eurocentrismo e de colonialidade. Não se sustenta a tese da inferioridade intelectual brasileira, tampouco a suposição do isolamento do conhecimento para formular propostas destinadas à resolução dos problemas educacionais brasileiros. A respeito do movimento intelectual na América Latina e do diálogo travado com pesquisadores de outros países, reconhece-se a seguinte situação:

em *nuestra América* mais que hibridismos há que se reconhecer que há pensamentos que aprenderam a viver *entre* lógicas distintas, a se mover *entre* diferentes códigos e, por isso, mais que multiculturalismo sinaliza para interculturalidades (S. R. Cucicanqui e C. Walsh, entre muitas e muitos), para gnosés liminares (Mignolo), para diálogo de saberes (Leff, Porto-Gonçalves) (PORTO-GONÇALVES, 2005).

Para evidenciar o absurdo da possibilidade de construção de conhecimento isolado ou dissociado de um diálogo com outros países, pode-se recorrer ao movimento antropofágico e sua atitude em relação aos discursos de base nacionalista e xenofóbica. A metáfora da antropofagia evoca, especialmente, uma atitude intelectual de apropriações de ideias vindas do estrangeiro. Oswald de Andrade, em um manifesto contrário ao isolamento intelectual e cultural e a favor de uma atitude descolonizante, que valorizava e reconhecia diversos pensamentos, bradava poeticamente:

...Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente. Nunca fomos catequizados. Fizemos foi Carnaval. O índio vestido de senador do Império. Fingindo de Pitt. Ou figurando nas obras de Alencar cheio de bons sentimentos portugueses [...]. Antes dos portugueses descobrirem o Brasil, o Brasil tinha descoberto a felicidade [...]. A nossa independência ainda não foi proclamada. Frase típica de D. João VI: – Meu filho, põe essa coroa na tua cabeça, antes que algum aventureiro o faça! Expulsamos a dinastia. É preciso expulsar o espírito bragantino, as ordenações e o rapé de Maria da Fonte. (ANDRADE, 1928, p. 3 e 7).

A atitude de Oswald dispensa maiores explicações sobre os argumentos que podem ser usados para rebater as ideias que defendem a inferioridade intelectual dos brasileiros. Evidencia também a inconsistência de produzir saberes sem dialogar com outros países e a importância de tentar “descolonizar o eurocentrismo e o americanismo” nas propostas defendidas por intelectuais brasileiros.

Em geral, quem defende o isolamento intelectual não prestigia o pensamento produzido no Brasil. Os que agem assim preferem descredenciá-lo, escanteá-lo e rechaçá-lo, usando um eurocentrismo inconsistente. Alguns optam em enaltecer o pensamento estrangeiro em detrimento dos estudos de brasileiros e, ainda por cima, formulam-se fortes críticas quando um pesquisador brasileiro serve-se de estudos do exterior.

Ao se falar sobre colonialismos e colonialidades, outro incômodo é a utilização do primeiro termo sem qualquer diferenciação do segundo, assunto que trataremos a seguir.

✓ Colonialismos e colonialidades

Muitos argumentos apresentados consideram o colonialismo como uma condição de eterna dependência e permanência para os intelectuais brasileiros e latino-americanos. O caderno *Prosa e Verso*, do jornal *O Globo*, de 16 de janeiro de 2010, traz uma entrevista de Guilherme Freitas com o professor Walter Mignolo, argentino que vive nos Estados Unidos e trabalha na Universidade de Duke (Ohio). Mignolo pertence ao grupo dos “estudos subalternos”.

Walter Mignolo é reconhecido, dentre outras colaborações, por estabelecer distinções entre colonialismos e colonialidades. Para Mignolo (2007), colonialismo espanhol, inglês, português ou francês tem a ver com momentos históricos específicos. A colonialidade é “a lógica de repressão, opressão, despossessão e racismo”, explica o mencionado professor. Neste aspecto, colonialismos são momentos históricos específicos; colonialidades são modalidades de relações de saber e poder que permanecem e se exercitam cotidianamente. A partir dessa diferenciação, é possível depreender que...

...‘colonialismo’ não se refere à classificação social universalmente básica que existe no mundo há 500 anos, mas à dominação político-econômica de alguns povos sobre outros e é milhares de anos anterior à colonialidade. Ambos os termos estão, obviamente, relacionados, já que a colonialidade do poder não teria sido possível historicamente sem o específico colonialismo imposto ao mundo a partir do final do século XV (QUIJANO, 2005).

Aníbal Quijano, sociólogo peruano, é outro pesquisador que afirma, de forma contundente que, apesar de serem conceitos diferentes, há uma relação imbricada entre colonialismo e colonialidade. Colonialismo é uma experiência antiga da humanidade. Pode-se dizer que se origina da conquista e colonização de povos nos territórios que hoje chamamos América e, especificamente, América Latina. Sem a violência da dominação colonial, este padrão de poder não teria se constituído. O colonialismo e, por conseguinte, a colonialidade é atravessada no presente por um passado de matriz colonial.

Mignolo (2007) e Quijano (2005) provocam-nos a pensar a colonialidade como um conceito capaz de abarcar as relações de poder e saber na contemporaneidade, envolvendo tanto as dominações entre povos e nações, entre grupos culturais, como entre os sujeitos em suas diferentes funções, mesmo naquelas consideradas subalternas ou sem muita projeção social. Estes autores ajudam a pensar ainda que há diferentes colonialidades de saber e de poder, abrangendo os efeitos da globalização entre povos, nações, países, cidades, grupos culturais e sujeitos em suas diferentes formas de atuação e convivência social.

É possível afirmar que há colonialidades com capilaridades e ramificações individuais, nas extremidades, nos desdobramentos sociais, culturais e institucionais. Neste aspecto, há muitas colonialidades nas universidades, nos congressos, em demais encontros e atividades acadêmicas, nas escolas de periferia e do setor rural. É possível afirmar que não há relação social sem saber e sem poder, como também não há relação social sem colonialidades.

É muito importante pensar e advertir sobre os efeitos da colonialidade, que tem seus ramos no colonialismo adotado no território brasileiro. É importante pensar, por exemplo, sobre a maneira como a sociedade brasileira trata a população denominada indígena. Negamos e ironizamos o protagonismo da população indígena. Se uma mulher pôde galgar a presidência da república brasileira, o que é, sem dúvidas, um importante avanço, ainda se levará muito tempo para um indígena ocupar, por exemplo, a presidência da FUNAI.

O Cacique Mário Juruna, Xavante, renomado deputado federal brasileiro, eleito pelo PDT do Rio de Janeiro, em 1982, ironizava as promessas infundadas das autoridades sobre a demarcação de terras dos indígenas. Gravava-as em um gravador para comprovar que eram promessas demagógicas. Juruna denunciava as colonialidades herdadas de um colonialismo colonial. Usava o gravador como se fosse arco e flecha para denunciar atrocidades, opressões, omissões e outras diferentes formas de colonialidades.

O protagonismo de Juruna, falecido em 2002, envolveu a luta pelo respeito aos indígenas, denunciando as colonialidades impostas por uma tradição colonialista no Brasil. O cargo que ocupou foi o mais alto que um indígena pôde galgar. É possível dizer que as colonialidades impostas aos indígenas têm fortes ranços colonialistas e precisam ser superadas.

Simultaneamente, é importante pensar nas colonialidades espalhadas e ramificadas entre pesquisadores, professores e alunos de diferentes instituições educacionais e níveis de ensino. Somos todos - independentes do sexo, do lugar e da condição social e cultural - produtores e disseminadores de colonialidades. Neste aspecto, toda colonialidade é, a um só tempo, macropolítica e micropolítica.

✓ **Colonialidades na ordem do discurso da Arte/Educação**

A diferenciação entre colonialismo e colonialidade provoca um questionamento elementar: será que existem colonialidades ou relações de saber e poder no campo da arte/educação? Esta pergunta pode provocar “arrepios”, pois há uma vertente discursiva, de feição romântica, que concebe este campo como um espaço idealizado, repleto de expressivismos, cheio de bondade e canduras, sem qualquer tipo de opressão e repressão.

Ver só candura e bondade no campo da arte/educação carece de muita ingenuidade. Aprendi com um colega da UFPB, que participava comigo como examinador de uma banca de mestrado em educação, que o “ser humano não tem nada de bonzinho. É um animal adulterado. Isso ocorre porque passa mais tempo fabricando a moral que o prazer”.

Na minha pesquisa de doutorado (NASCIMENTO, 2005), usei as denominações da Arte na educação como referenciais de práticas discursivas, de relações de saber e poder, destacando como se teceram visões e versões de infância, de ensino e de “bom professor” em diferentes circunstâncias. Esta pesquisa ajudou a evidenciar como o campo discursivo da arte/educação, com suas diferentes denominações, é também afetado e atravessado por relações de saber e de poder ou por relações de colonialidades. Esta pesquisa comprovou como o campo da arte/educação, em diferentes momentos históricos, vem sendo configurado como uma arena de lutas em torno de determinadas ideias, valores e atitudes.

Recorro também às colaborações de Foucault (1999), para evidenciar algumas colonialidades no processo de ordenamento do discurso, que também afetam o sistema artístico e o educacional, incluindo o da arte/educação e o da cultura visual. Foucault nos ajuda a compreender que a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e

redistribuída por procedimentos que têm por função conjurar acontecimentos aleatórios, esquivar a materialidade.

Neste aspecto, opto em pensar as colonialidades associadas com os processos discursivos defendidos por Foucault, diferenciando das análises sociológicas, sumamente importantes para se compreender como vemos e concebemos a América Latina, empreendidas por Walter Mignolo (2007) e Anibal Quijano (2005 e 2012). Recomendo a leitura dos textos destes autores para ajudar a conhecer as táticas usadas para pensar a América Latina como um espaço refém do eurocentrismo, destinada a uma condição de passividade intelectual e política.

É possível considerar, seguindo este raciocínio, a “ordem do discurso” como uma modalidade de colonialidade. Em razão disso, em qualquer sociedade e em qualquer campo de conhecimento, a produção de discursos é regulada, selecionada, organizada e redistribuída conjugando “poderes” e perigos na difusão e acolhimento de determinados saberes. É controlando os discursos, por meio de várias colonialidades, que as instituições, grupos ou indivíduos mantêm o poder. As colonialidades são usadas para tentar excluir ou controlar aqueles que vão contra a ordem do discurso vigente.

A pergunta feita por Foucault (1999), ao introduzir a reflexão sobre a ordem do discurso, palestra feita na aula inaugural do Collège de France, em 2 de dezembro de 1970, depois publicada em diferentes idiomas, é a mesma que também move a reflexão deste texto: “mas, o que há assim de tão perigoso por as pessoas falarem, qual o perigo dos discursos se multiplicarem indefinidamente? Onde é que está o perigo”? (p.8)

✓ **Colonialidades externas de controle e exclusão de discursos**

Para Foucault (1999), por exemplo, existem vários procedimentos *exteriores* de controle e de exclusão dos discursos. Estes procedimentos são postos em execução, especialmente quando um discurso entra na ordem do confronto com outro pré-estabelecido ou que é acolhido como uma “verdade” para a maioria. Para manter a pertinência com o foco da nossa reflexão, prefiro chamar estes procedimentos de “colonialidades externas de controle e exclusão de discursos” (p.8 e 9).

• **Colonialidades de interdição do discurso**

Pode-se dizer que uma das “colonialidades externas de exclusão de discursos” é a interdição ou o interdito. A interdição revela-se, ao menos, de três maneiras, que atuam de formas variadas e, muitas vezes, concomitantes: tabu do objeto; ritual da circunstância e direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala. Isso ocorre porque o “discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorearnos” (FOUCAULT, 1999, p.10).

O “tabu do objeto” pode ser entendido como o “tabu da palavra” ou a “palavra proibida antes de ser anunciada”. Neste caso, muitos sujeitos, com seus saberes, são interditados para não dizerem ou escreverem o que pensam porque entendem, previamente, que sofrerão vários tipos de colonialidades.

Este tipo de colonialidade pode se revelar no interdito, não explícito, que se expressa naquele temor de dizer ou escrever o que precisa ser dito e escrito. Em suma, há certas coisas, há determinados assuntos dos quais não podemos falar, que não podem entrar em nosso discurso, que não podem ser ditas e escritas. Sabemos, previamente, que não podemos “dizer o que nos apetece, que não podemos falar de tudo em qualquer circunstância, que quem quer que seja, finalmente, não pode falar do que quer que seja” (FOUCAULT, 1999, p.9).

O “ritual da circunstância” está relacionado com a ideia que há determinados discursos que só podem ser anunciados em determinadas ocasiões. Isso se revela na permissividade consentida e estimulada para se dizer o que se quer em alguns rituais da vida cotidiana. As interdições circunstanciais pode se revelar, também, no “boicote”, que impede que determinadas pessoas, pelo o que escreve e diz, possa participar de eventos ou de qualquer outro projeto em órgão de fomento, promovidos por instituições de reconhecida atuação na sociedade. Revela-se também nas indicações “apadrinhadas” para falar em determinados eventos e ocupar determinados cargos de lideranças.

O direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala relaciona-se com o consentimento coletivo para que determinados discursos possam ser proferidos apenas por alguns sujeitos. Em geral, os sujeitos autorizados a falar e escrever são os que costumam pertencer a determinadas instituições de grande projeção política e social. São esses sujeitos, revestidos

de autoridade para falar e escrever, que incitam e executam algumas colonialidades de interdição.

Apesar de não se declararem explicitamente, os sujeitos autorizados a escrever e a falar assumem uma função “salvadora” ou “messiânica”, apontando os discursos “permitidos” e “consentidos”, bem como os que precisam ser excluídos. Quem os segue também ganha permissão para escrever e falar, ficando com a sensação de poderem sempre dizer o que quiserem, apesar de só poderem pronunciar o que é permitido e controlado. Neste aspecto, muitos campos de conhecimento podem chegar a se parecer com “seitas acadêmicas”, pela rigidez na obstrução de uma convivência com interpretações diferentes.

Todas essas interdições terminam tolhendo a potencialidade de disseminação e materialização de uma diversificação do discurso. Estabelecem, conseqüentemente, um determinado tipo de saber e de poder ou de colonialidade pouco afeita ao contraditório e à diversidade. Esses interditos reforçam o entendimento popular que “não se pode dizer o que se quer e quando se quer, a não ser que seja você quem mande”. Quem extrapola essas barreiras de interdição, por falar o que quer, “ouve e sofre o que não quer”.

- **Colonialidades de separação e rejeição de discursos**

Outra forma de colonialidade envolve a separação ou a rejeição. Para exemplificar esse procedimento de exclusão, Foucault relembra a oposição entre razão e loucura existente na Idade Média. A tática de classificar alguém de louco naquela época, atitude que persiste ainda hoje, colaborava para descredenciar ou desacreditar o que era dito e escrito. Nesse tipo de procedimento é comum o uso de estereótipos para desqualificar o falante. Chamar de louco, doido ou de outros termos similares é uma maneira de fazer com que o discurso proferido não seja ouvido e aceito.

Outra marca da oposição entre razão e loucura pode ser identificada pela confusão entre a pessoa que escreve ou fala com o que está dito e escrito. Quem ousa expor algo que questiona o pensamento vigente passa a ser alvo de vários rótulos difundidos com a pretensão de afastar leitores e ouvintes. Os rótulos são “estratégicos” para promover distanciamentos e interdições. Os rótulos acadêmicos, por exemplo, podem, em geral, ser associados com os de procedência religiosa e psicológica.

A separação ou rejeição também se revela na confusão entre as críticas às ideias com a vida pessoal. Os rótulos simplificam a complexidade do sujeito, pondo em descrédito o que é dito e escrito. O contradiscurso é historicamente temerável e aterrorizante. A crítica, em uma boa parte dos casos, passa a ser compreendida como inimizade pessoal.

- **Colonialidades da vontade de verdade**

Outro tipo de colonialidade, que também atua concomitantemente com os procedimentos anteriores, está associado com a “vontade de verdade”. O termo evoca “visões de verdade”, ou seja, formas de controle e regulação sobre o que é dito e escrito. Contempla os tipos de discurso aceitáveis e que são tidos como “verdadeiros”. Relacionam-se com os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o *status* daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro (FOUCAULT, 1980, p. 131).

A “vontade de verdade” é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de grandes aparatos institucionais, como universidades, escrituras ou publicações e demais meios de comunicação. Apoiada por estes suportes, a vontade de verdade exerce um poder coercitivo sobre os outros discursos. Evidencia-se pelo combate “pela verdade” ou “em torno da verdade”. Neste caso, entende-se por verdade, o conjunto das regras que distinguem o verdadeiro do falso. Trata-se de uma maquinaria destinada a excluir (FOUCAULT, 1999, p.20).

O discurso nem precisa estar apoiado em pressupostos bem fundamentados para ser considerado “verdadeiro”, basta que seja transmitido como tal. A vontade de verdade tem uma longa história na sociedade ocidental. Relaciona-se com a necessidade de eleger determinados discursos como “verdadeiros”, sem, muitas vezes, nos perguntarmos sobre a sua pertinência. A publicação por uma editora de renome e por um sujeito, tido como autoridade, dá ao discurso uma vontade de verdade, sem necessariamente conter pressupostos bem alicerçados.

- ✓ **Colonialidades internas de controle e exclusão de discursos**

Além desses procedimentos externos – aqui chamados de colonialidades externas de exclusão de discursos – que se relacionam com o poder e o desejo, Foucault (1999, p.21)

explicita que há outros - os internos - que atuam segundo princípios de classificação, ordenação e distribuição na tentativa de dominar outra dimensão discursiva, ou seja, o acontecimento e o acaso. Os procedimentos internos envolvem o comentário, o autor e a disciplina.

- **Colonialidades dos comentários**

Um discurso é regulado por outros discursos. Há os discursos amplamente difundidos, entranhados no nosso sistema cultural, e há outros que partem dele. Eis um maior detalhamento desta dinâmica:

...os discursos que 'se dizem' ao correr dos dias e das relações, discursos que se esquecem no próprio ato que lhes deu origem; e os discursos que estão na origem de um certo número de novos atos de fala, atos que os retomam, os transformam ou falam deles, numa palavra, os discursos que, indefinidamente e para além da sua formulação, *são ditos*, ficam ditos, e estão ainda por dizer (FOUCAULT, 1999, p.22).

Ao tentar pensar sobre as colonialidades do discurso na relação entre educação e visualidades, vejo-me submetido às regras de exclusão e controle dos discursos externos e internos. Ademais das regras de coerção externas que surgirão após a escrita deste texto, os meus comentários, neste momento, partem de outros discursos proferidos por Oswald de Andrade, Mignolo, Quijano, Foucault e outros corriqueiros ou esquecidos no meu limitado repertório de argumentação. Repito os ditos por outros para tentar dizê-los de outro modo, movido por um problema que me faz usá-los para compreender as dinâmicas das colonialidades na produção e disseminação de discursos.

- **Colonialidades do autor**

O autor na perspectiva foucautiana tem um sentido peculiar, diferente do corriqueiro. Não se entende como um indivíduo que fala ou escreve o que quer, mas como alguém que segue ou adota um princípio de ordenamento do discurso ao falar e escrever.

A individualidade do autor é uma delimitação e limitação da produção e sentido do discurso. O autor, nesse caso, é alguém que se relaciona com experiências discursivas. O autor é o articulador de uma versão e função discursiva, adotada a partir de um lugar que ocupa no discurso vigente. O autor confere um modo de ser dos discursos. Seguindo este raciocínio, é possível afirmar que o autor exerce sobre si mesmo uma forma de colonialidade na produção do discurso.

Em suma, o autor é parte integrante de uma complexa e variável função inserida num modo de produção, circulação e funcionamento de determinados discursos em cada época e cultura. O autor, a partir dessa perspectiva, é uma das condições de possibilidade do discurso. O autor exerce um poder na organização, controle e limitação do discurso, tanto de gerar irrupções, novos saberes, como continuidades no pensamento reinante. Quem fala ou escreve insere-se numa ordem discursiva que, em alguns momentos, pode romper com outras ordens existentes.

- **Colonialidades das “disciplinas”**

As colonialidades das “disciplinas” aludem às regras pertencentes a determinado campo do saber, com as quais o discurso deve se adaptar para ter validade ou credibilidade. Cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas, acolhendo uns saberes e repelindo outros. Neste aspecto, “a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de reatualização permanente de regras” (FOUCAULT, 1999, p.36).

Considerações finais

Os discursos produzem práticas sociais, incluindo, excluindo e interditando. Para detectar as colonialidades impetradas ao processo de produção, disseminação e ordenação do discurso, podem ser adotados, entre outros procedimentos, princípios de inversão ou de acontecimento, questionando o discurso centrado no autor, na disciplina, na vontade de verdade e nos interditos, como preconiza Foucault (1999). É preciso questionar as colonialidades, como acontecimentos, para poder criar outras possibilidades discursivas.

Os discursos são práticas descontínuas, que se cruzam, por vezes, mas também se ignoram ou se excluem. É fundamental recorrer à história para compreender as discontinuidades e as exclusões discursivas. É crucial poder gerar o contraditório e pensar a partir de outras possibilidades.

Se considerarmos a arte/educação como uma modalidade de sistema de ensino, cabe pensá-la como uma ritualização da fala, uma qualificação e uma fixação dos papéis dos sujeitos falantes; uma constituição de um grupo doutrinal, por difuso que seja; uma distribuição e uma apropriação do discurso com os seus poderes e os seus saberes (FOUCAULT, 1999, p.30). Isso nos provoca a vê-la com mais criticidade. Seguindo um procedimento etnográfico, é crucial olhá-la de fora, com estranheza e distanciamento.

É possível ver o discurso como um tipo de colonialidade às ideias e às coisas. Questionar a regularidade das colonialidades do discurso é uma maneira de gerar outras possibilidades de dizer e escrever, propiciando descolonialidades.

A noção de poder, que a Educação da Cultura Visual defende não é a de escrutinar, apenas, o poder hegemônico, mas de analisar ou pôr em evidência o poder capilarizado, as colonialidades ramificadas, um poder que se estabelece, por exemplo, na relação entre quem escreve e fala com os seus possíveis interlocutores.

Enfim, uma discussão aprofundada sobre o que as imagens e outros tipos de discurso fazem conosco, atentando para o modo como nos fazem dizer e escrever é uma forma e um convite à descolonialidade.

Referências

FOUCAULT, Michel. *Truth and power*. In C. Gordon (Ed.). **Power/knowledge: selected interviews and other writings 1972-1977**. Nova York: Pantheon, 1980, p. 109-133.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

NASCIMENTO, Erinaldo Alves do. **Mudanças nos nomes da arte na educação: qual infância? que ensino? quem é o bom sujeito docente?** São Paulo, 2005, Tese (Doutorado em Artes), Universidade de São Paulo.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas..** Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.9-15.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278. Disponível em World Wide Web:<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf> www.clacso.org. RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO <http://www.clacso.org.ar/bibliotecabiblioteca@clacso.edu.ar>. Acesso em 28.08.2013.

_____. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, ano 17, n. 37, 2012, p. 4-27. Disponível em

<http://antropologias.descentro.org/rpc/files/downloads/2010/08/An%C3%ADbal-Quijano-Colonialidade-Poder-Globaliza%C3%A7%C3%A3o-e-Democracia.pdf>. Acesso em 28.08.2013.

ⁱ Professor Adjunto do Departamento de Artes Visuais da Universidade Federal da Paraíba.
erinaldo_alves@hotmail.com